

ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas e quarenta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 117ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, no auditório a Biblioteca Publica Silveira Junior, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente Sr. Rodrigo Lamim – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Sr. Rafael da Silva Santos Albuquerque – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Sr. João Paulo Kowalsky – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, Sra. Daniela Fiori Martins Costa – representando a Secretaria da Fazenda, Sr. Giovani Felix – representando a Secretaria de Emprego e Renda, Sra. Adriene Carlotto – representando a Secretaria de Turismo, Sr. Ademir de Oliveira – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Sr. Álvaro Vanolli – representando a associação dos moradores do São João, Sra. Eluize Cristhina Fonseca Mendes – representando a APROBRAVA, Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva e Bruno de Andrade Pereira – representando o SINDUSCON, Sr. Ronaldo Vieira Sedrez – representando a AREA, Sr. Luiz Robério Fernandes Dias – Rotary Club Itajaí e o Sr. Alexandre dos Santos Priess – representando a UNIVALLI.

I – abertura e informes da presidência: O Presidente agradeceu a presença de todos, e colocou em votação a aprovação da ata da 116ª reunião, sendo aprovada por maioria, com abstenção dos conselheiros Alvaro Vanolli e Daniela Fiori Martins Costa.

II – aprovação da pauta: O Presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação, sendo aprovada por unanimidade.

III- Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta: dando sequência o presidente iniciou a apresentação dos assuntos pautados, com a apresentação dos recursos do fundo municipal de desenvolvimento urbano de Itajaí, demonstrando aos membros onde os recursos foram gastos e quais são os valores em caixa e outras futuras obras que dependem desses valores.

O PRIMEIRO CASO a ser discutido pela plenária o protocolo 16673/2018, requerido por Fabiano Luiz Lehmkuhl, para construção de um crematório PET, na Rua Eduardo Vicente de Mello, SNº – Rio do Meio. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZTRU – Zona de Transição Rural Urbana, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT., sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O SEGUNDO CASO da pauta para apreciação, conforme o protocolo 16512/2018, requerido por Juma Colchões LTDA, para permissão de Implantação de atividades econômicas e emissão de alvará de funcionamento de comércio varejista, na Avenida Osvaldo Reis, nº 2470 – Balneário Santa Clara. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma CCS2 – Corredor de Comércio e Serviço 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O TERCEIRO CASO apreciado pela plenária foi protocolo 16418/2018, solicitado por Roberta Abissamira Gomes, para emissão de alvará de funcionamento fabricação e comércio, na Rua Israel de Almeida, nº 127, São Vicente, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU4 – Zona Urbana 4, e que o uso pretendido se encaixa em I2 – Indústria de médio impacto, conforme alínea “b”, inciso IV do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a

ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O QUARTO CASO apreciado foi o protocolo 16716/2018, solicitado por Naiara Beatriz de Moraes, para emissão de alvará de funcionamento de casa de idosos, na Rua João Sandri, nº 54, Centro, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZC2 – Zona Central 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e serviço específico, conforme alínea “a”, inciso I do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do futuro empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, o presidente questionou os membros sobre a possibilidade do encaminhamento do processo para o setor de fiscalização para permissão da atividade por se tratar de M.E.I (micro empreendedor individual), e desta forma todos os conselheiros concordaram, dando sequencia na reunião.

O QUINTO CASO apreciado foi o protocolo 16510/2018, requerido por Julia Toth, para emissão de alvará de funcionamento de Hotel, na Rua Antonio Manoel Moreira, nº 100, bairro Fazenda. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU1 – Zona Urbana 1, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por maioria, com abstenção do conselheiro Alexandre dos Santos Priess.

O SEXTO CASO apreciado foi o protocolo 15977/2018, requerido por Eletro Mafra Comercio e Assistência Técnica de Motores LTDA, para emissão de alvará de funcionamento de comercio varejista de material eletrico, na Rua João Américo Watzko, nº 82, bairro São Vicente. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU3 – Zona Urbana 3, e que o uso pretendido se encaixa em CS3 – Comércio e Serviço Setoriais, conforme alínea “c”, inciso III do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O SÉTIMO CASO apreciado foi o protocolo 13538/2018, requerido por American Tower do Brasil, para consulta prévia de construção de radio base, na Rua Manoel Zeferino Teixeira, nº 308, São João, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é considerado ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “c”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O OITAVO CASO apreciado foi o protocolo 16873/2018, requerido por Sandro da Silva Daniotti, para emissão de alvará de Funcionamento de casa de assistência terapêutica , na Rua Cônsul Carlos Renaux, nº 378, Cabeçadas. Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é considerado ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade.

O NONO CASO apreciado foi o protocolo 13210/2018, requerido por RS/Criar Empreendimentos Imobiliários LTDA, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI

ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

214/12, na Rua João Ladislau Tabalipa, nº 455, Fazenda. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por maioria, com abstenção do conselheiro Luiz Robério Fernandez Dias. **O DECIMO CASO** apreciado foi o protocolo 15827/2018, requerido por Clarus Construtora e Incorporadora LTDA, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI 214/12, na Rua Camboriú, nº 264, Centro. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006, cabendo a anuência do CMGDT. Sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides e considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O DECIMO PRIMEIRO CASO** apreciado foi o protocolo 7125/2018, requerido por Brava Prime Empreendimentos SPE LTDA, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI 214/12, na Rua José Me-deiros Vieira, nº 820, Balneário Santa Clara. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006, cabendo a anuência do CMGDT. sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por maioria, com abstenção do conselheiro Giovanni Felix e voto contrário de Alexandre dos Santos Priess. **O DECIMO SEGUNDO CASO** apreciado foi o protocolo 7591/2018, requerido por FSI Lotiza Empreendimentos, que solicita a OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, conforme LEI 214/12, na Rua Joca Brandão, nº 369, Centro. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006, cabendo a anuência do CMGDT, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade à reunião o presidente apresentou as propostas para o cronograma de trabalho para 2019, encaminhadas pelo conselheiro Alvaro Vanolli. Ao final das apresentações foram feitos alguns questionamentos sobre a possibilidade do tombamento do bairro Cabeçadas. **IV – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** foi informada a possibilidade de encaminhamento de propostas de pauta por email. **V – manifestações gerais:** Não houveram manifestações gerais. **VI – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20:40 (vinte horas e quarenta minutos), da qual lavrada por mim a presente ata, Claudio Ricardo Junior, secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC 18/02/2019.** _____(secretário) _____(Vice-Presidente).